

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

(Da Sra. Iara Bernardi e do Sr. Amauri Teixeira)

Requer a realização de Sessão de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir a Terapia Comunitária Integrativa e as políticas públicas: tecnologia social para saúde, educação e áreas sociais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art.117, combinado com o art. 255 do Regimento Interno, desta Casa, a realização de Sessão de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir a Terapia Comunitária Integrativa e as políticas públicas: tecnologia social para saúde, educação e áreas sociais.

Convidados:

Senhor Adalberto de Paula Barreto;

Senhora Maria Henriqueta Camarotti;

Senhora Miriam Rivalta Barreto.

Justificativa

A Terapia Comunitária Integrativa – TCI - foi sistematizada há 27 anos pelo psiquiatra e antropólogo Professor Adalberto de Paula Barreto, no Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Trata-se de uma Tecnologia Social realizada em grupo que busca melhorar a autoestima, construir a cidadania e formar

redes sociais solidárias. A TCI define-se como uma abordagem centrada na saúde e não na doença, nas possibilidades e não nas dificuldades, tendo as competências de cada pessoa e de cada sistema como as alavancas para a mudança de qualidade de vida. Apresenta-se como uma abordagem efetiva e promissora para a imensa demanda por serviços de atenção e cuidado das áreas da saúde, educação, social, justiça, arte e cultura, empresarial e de projetos sociais das mais diferentes naturezas.

Atualmente a TCI está ativa em todos os estados da federação brasileira, perfazendo um total de 37.500 terapeutas comunitários formados e em formação e implantada em redes públicas municipais, estaduais e federais, além de envolver entidades não governamentais que trabalham com as demandas sociais e de desenvolvimento dos direitos humanos.

Ao longo do seu desenvolvimento a Terapia Comunitária vem incorporando princípios e referências teóricas que promovem sustentação e possibilidade de expansão. São cinco os pilares fundamentais dessa tecnologia social: pensamento sistêmico, teoria da comunicação, pedagogia de Paulo Freire, teoria da resiliência e antropologia cultural.

O terapeuta comunitário é um *novo ator social*. Qualquer pessoa que se sinta interpelada pela dor e sofrimento humano e pelo desejo de ser útil e construtor de uma nova realidade pode fazer a formação específica e se tornar terapeuta comunitário. Não é necessário ter curso de graduação basta ter os requisitos internos de abertura para uma postura de aprender junto e disponibilização para o outro.

Desde o início da Terapia Comunitária, seu criador, Adalberto Barreto tem enfatizado que essa tecnologia social pode se adequar para todas as áreas da saúde, sociais, educacionais, justiça, lideranças comunitárias, etc. Pode integrar os vários projetos e programas que promovam o ser humano em toda sua dimensão.

A TCI é realizada em grupo e possui uma metodologia precisa e sequenciada onde todas as etapas têm uma função fundamental e prepara os participantes para as próximas. São cinco etapas básicas da Roda de TCI: Acolhimento, Escolha do Tema, Contextualização, Partilha de Experiências (Problematização) e Encerramento.

Em nível nacional temos as seguintes estruturas de formação e acompanhamento do padrão excelência da TCI 1-Associação Brasileira de

Terapia Comunitária (ABRATECOM) e 46 Polos Formadores de Terapeutas Comunitários distribuídos em todos os Estados brasileiros.

Nos últimos dez anos a ABRATECOM e seus polos formadores participaram de convênios com a rede pública para utilizar esta metodologia da TCI como ferramenta nas políticas públicas, como Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas –SENAD - para a formação de terapeutas comunitários para a prevenção de drogas; Ministério da Saúde para a formação de profissionais para a Estratégia de Saúde da Família e junto à Coordenação de Saúde Mental na formação de profissionais de saúde para trabalhar com catástrofes; secretarias municipais de saúde, social, da mulher, da educação; trabalhos com criança, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos; pessoas em Situações de HIV positivo; dependência química; pessoas em sistemas prisionais; trabalho em escolas com alunos, professores e familiares.

Por tudo isto, propõe-se a realização da Sessão de Audiência Pública para disseminação desta Tecnologia Social, que pode beneficiar r milhões de brasileiros na busca do equilíbrio interno e das suas relações com o mundo externo, nesta sociedade, cada vez mais complexa e desafiadora.

Sala das Comissões, 18 de Março de 2014 .

IARA BERNARDI

Deputada PT-SP

AMAURO TEIXEIRA

Deputado PT/BA